

Quinta-feira, 12 de julho de 2012

EXPEDIENTE: Publicação do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina – Filiado à FENAJUFE - Rua dos Ilhéus, 118, sobreloja, sala 3, Edifício Jorge Daux, CEP 88010-560, Centro, Florianópolis/SC Fone/FAX: (048)3222.4668

imprensa@sintrajusc.org.br
www.sintrajusc.org.br

Produção: Miriam Santini de Abreu
(MTb 8077/RS)

Tiragem: 800 exemplares

Nº 1113

Governo usa crise para não dar reajuste, mas salva bancos

A participação nas duas horas nesta quinta-feira é fundamental para mantermos a pressão sobre a cúpula do Judiciário e sobre o Governo Dilma.

O governo não quer abrir o caixa, mas também vai ficar na berlinda se houver atraso nas eleições municipais. Por isso o SINTRAJUSC solicita que os colegas se organizem para estarem, das 16 às 18 horas, no TRE-SC, e que discutam, em seus setores, os próximos passos da mobilização.

Apesar das tentativas de retaliação do governo com anúncio da prática do corte de ponto, as 26 categorias da base da Condsef (Confederação Nacional dos Servidores Federais) com greve em curso em 24 estados e no Distrito Federal - e demais setores com paralisação de atividades, como professores e técnicos administrativos das universidades, entre outros - devem permanecer firmes na luta pela apresentação de propostas concretas do governo.

Para a Condsef, este é um momento decisivo e a pressão é essencial para que os servidores assegurem no orçamento de 2013 o atendimento de suas demandas mais urgentes. Apesar do processo de negociações em andamento, os avanços esperados na consolidação de propostas para

o funcionalismo ainda não apareceram.

Em entrevista veiculada na noite de segunda, 9, no *Jornal Nacional*, o secretário-geral da Condsef, Josemilton Costa, deixou claro que a greve só deve terminar quando houver de fato propostas concretas que os servidores possam avaliar. Um acampamento com todas as entidades que possuem categorias em greve vai acontecer na Esplanada dos Ministérios entre os dias 16 e 20 deste mês e deve reforçar a mobilização da categoria.

Em todo o país o funcionalismo engrossa dia a dia a greve, onda à qual o Judiciário deve se integrar. Mostramos nossa capacidade de mobilização nos três outros PCSs, e temos que mostrar novamente agora.

A crise, que já atingiu fortemente a Grécia, a Itália e agora a Espanha, não irá se restringir a esses países. Os efeitos já estão sendo sentidos no Brasil, com inadimplência cada vez maior dos consumidores até três salários mínimos. Os bancos, porém, sempre são salvos, mesmo em um país no qual cobram as maiores taxas de juros no mundo. **Servidor público vai pagar essa conta? Alimentar lucro de banco à custa de seu próprio vencimento? Responder a essa pergunta irá dar o tom da nossa luta.**

Nossa resposta será HOJE, dia 12, no TRE, das 16 às 18. PARALISE DUAS HORAS

PCS estacionado na CFT paralisa Comissão, mas governo insiste em barrar projeto

Em virtude da Presidência da Câmara ter convocado a Ordem do Dia do Plenário para a manhã desta quarta-feira, 11, a sessão da Comissão de Finanças e Tributação, cuja pauta previa o PL 6613/09, foi cancelada e o PCS novamente não foi votado. A sessão nem sequer foi aberta, mas o relator do PCS na CFT, deputado João Dado (PDT-SP), esteve no plenário 4 para conversar com os servidores que lá estavam para cobrar dos deputados a aprovação do PCS.

O parlamentar confirmou que até agora o governo não fechou acordo para votar o PL 6613/09 na CFT e ressaltou que a alternativa, no momento, é trabalhar para que a Comissão Mista de Orçamento (CMO) inclua no projeto da LDO de 2013 a emenda, aprovada há duas semanas na CFT, que permite a alteração de gastos com pessoal para todos os Poderes e o MPU, conforme está previsto na Constituição Federal.

O texto da emenda, apresentada pelo deputado Aelton Freitas (PR-MG) e subscrita por João Dado, al-

tera o artigo 70, que fixa na LDO limites por Poder para gastos com pessoal. "Art. 70. Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e o Ministério Público da União terão como base de projeção do limite para elaboração de suas propostas orçamentárias de 2013, relativo a pessoal e encargos sociais, a despesa com a folha de pagamento vigente em março de 2012, compatibilizada com as despesas apresentadas até esse mês e os eventuais acréscimos legais, inclusive o disposto nos arts. 75, 77 e 78, não podendo as propostas resultarem em montantes superiores às respectivas médias, em percentual da receita corrente líquida, verificadas nos exercícios de 2009 a 2011", afirma.

De acordo com o relator, a aprovação dessa emenda garantirá a autonomia dos Poderes e do MPU na aplicação de seus recursos destinados a gasto de pessoal, previstos no Orçamento. João Dado confirmou que, embora o relator da proposta de LDO, senador Antônio Carlos

Valadares (PSB-SE), não tenha incluído essa emenda em seu relatório, a bancada do PDT apresentará destaque durante a votação da proposta no plenário da CMO visando a inclusão do texto que altera o artigo 70. "Os Poderes precisam ter a sua autonomia garantida. Quem tem o caixa não pode ser o dono do dinheiro, só tem a chave para abrir [o caixa]", disse o deputado, se referindo à postura do Executivo, que tem passado por cima dessa prerrogativa e que, no passado, alterou o Orçamento enviado pelo Judiciário, retirando a previsão do PCS antes de enviar o projeto da LOA de 2012 para o Congresso Nacional.

O deputado voltou a orientar os servidores sobre a necessidade de centrar forças na CMO, onde o projeto da LDO tramita. Para ele, caso a emenda seja incluída na proposta final do Orçamento de 2013, as chances de o PL 6613/09 ser votado na CFT no retorno dos trabalhos do Congresso Nacional, no início de agosto, aumentam.

Quase tudo para pagar dívida e juros

No Orçamento Geral da União de 2010, de R\$ 1.414 trilhão:

- 44,93%, R\$ 635 bilhões, foram para juros, amortização e refinanciamento da dívida;
- 22,12% foram para a Previdência Social;
- As demais rubricas, com assistência social, energia, transporte, educação e saúde, não passam de 3,91%.

Resuminado, manter os compromissos com os bancos, instituições financeira em geral e grandes investidores é a prioridade do governo.

Encontro pelo PCS

O SINTRAJUSC fará um Encontro Estadual de Luta pelo PCS no dia 21 de julho, das 13 às 19 horas, na sede do Campeche. Quem quiser participar deve entrar em contato com administrativo@sintrajusc.org.br. A participação de todos, especialmente dos servidores do interior do estado, é fundamental!